



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 3 de Outubro de 2008 (08.10)
(OR. en)**

13636/08

**COPEN 173
EJN 60
EUROJUST 80**

NOTA DE ENVIO

de:	Katja REJEC LONGAR, Directora-Geral, Ministra da Justiça da República da Eslovénia
de:	22 de Fevereiro de 2008
para:	Ivan BIZJAK, Director-Geral, DG-H, Justiça e Assuntos Internos, Secretariado-Geral do Conselho da UE

n.º doc. ant.:	9651/04 COPEN 67 EUROJUST 33 EJN 45
----------------	-------------------------------------

Assunto:	Implementação da Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros – Notificação pela República da Eslovénia
----------	--

Senhor Director-Geral,

Em conformidade com a obrigação que nos compete de transmitir ao Secretariado-Geral do Conselho da UE o texto das disposições que transpõem para o nosso direito nacional as disposições pertinentes dos instrumentos específicos, junto enviamos a informação relativa à implementação da Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros.

(Fórmula de cortesia)

(Assinatura) Katja Rejec Longar

DECLARAÇÕES DA REPÚBLICA DA ESLOVÉNIA
AO SECRETARIADO-GERAL DO CONSELHO
RELATIVAS À IMPLEMENTAÇÃO
DA DECISÃO-QUADRO DO CONSELHO, DE 13 DE JUNHO DE 2002, RELATIVA AO
MANDADO DE DETENÇÃO EUROPEU E AOS PROCESSOS DE ENTREGA
ENTRE OS ESTADOS-MEMBROS

Nos termos da Decisão-Quadro do Conselho de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros, e da lei relativa à cooperação internacional em matéria penal entre os Estados-Membros da União Europeia, aprovada pela Assembleia Nacional da República da Eslovénia em 25 de Outubro de 2007 (publicada no Jornal Oficial da República da Eslovénia n.º 102/2007, a seguir designado por ZSKZDČEU), que transpõe a referida decisão-quadro para o direito interno da República da Eslovénia, a República da Eslovénia comunica pela presente as seguintes declarações ao Secretariado-Geral do Conselho.

N.º 3 do artigo 6.º

As autoridades judiciárias competentes na República da Eslovénia para emitir um mandado de detenção europeu são os tribunais locais (okrajna sodišča) e os tribunais distritais (okrožna sodišča). Os tribunais locais são competentes em casos de infracções penais cuja principal sanção é uma multa ou uma pena de prisão até três anos. Os tribunais distritais são competentes nos restantes casos.

As autoridades judiciárias competentes na República da Eslovénia para executar um mandado de detenção europeu são os tribunais distritais.

Existem onze tribunais distritais na Eslovénia:

Okrožno sodišče v Celju

Prešernova 22

SLO-3000 Celje

Tel : (+386) 3 427 51 00

Fax: (+386) 3 427 51 73

Okrožno sodišče v Kopru

Ferrarska 9

SLO-6000 Koper

Tel : (+386) 5 668 30 00

Fax: (+386) 5 639 52 47

Okrožno sodišče v Novi Gorici

Kidričeva 14

SLO-5000 Nova Gorica

Tel : (+386) 5 335 17 00

Fax: (+386) 5 335 16 97

Okrožno sodišče v Kranju

Zoisova 2

SLO-4000 Kranj

Tel : (+386) 4 271 12 00

Fax: (+386) 4 271 12 03

Okrožno sodišče v Krškem

Cesta krških žrtev 12

SLO-8270 Krško

Tel : (+386) 7 488 17 00

Fax: (+386) 7 488 17 68

Okrožno sodišče v Ljubljani

Tavčarjeva 9

SLO-1000 Ljubljana

Tel : (+386) 1 366 44 44

Fax: (+386) 1 366 45 18

Okrožno sodišče v Novem mestu

Jerebova ulica 2

SLO-8000 Novo mesto

Tel : (+386) 7 338 11 00

Fax: (+386) 7 332 20 58

Okrožno sodišče na Ptuju

Krempljeva ulica 7

SLO-2250 Ptuj

Tel : (+386) 2 748 08 00

Fax: (+386) 2 748 08 10

Okrožno sodišče v Mariboru

Sodna ulica 14

SLO-2000 Maribor

Tel : (+386) 2 234 71 00

Fax: (+386) 2 234 73 06

Okrožno sodišče v Murski Soboti

Slomškova 21

SLO-9000 Murska Sobota

Tel : (+386) 2 535 29 00

Fax: (+386) 2 535 29 45

Okrožno sodišče v Slovenj Gradcu

Kidričeva 1

SLO-2380 Slovenj Gradec

Tel : (+386) 2 884 69 08

Fax: (+386) 2 884 69 10

Artigo 7.º

A lei eslovena não prevê a designação de uma autoridade central de acordo com o n.º 2 do artigo 7.º da Decisão-Quadro. Todavia, o Ministério da Justiça da República da Eslovénia é a autoridade central que assiste as autoridades judiciais competentes em caso de problemas no âmbito da transmissão de um mandado de detenção.

Contacto:

Ministério da Justiça da República da Eslovénia

Direcção das Relações Internacionais e Auxílio Judiciário

Departamento do Auxílio Judiciário Mútuo

Župančičeva 3

SI – 1000 Ljubljana

Tel : (+386) 1 369 52 00 or 369 53 94

Fax: + 386 1 369 57 83

correio electrónico: gp.mp@gov.si

N.º 2 do artigo 8.º

Nos termos do disposto no artigo 15.º do ZSKZDČEU, as autoridades judiciais da Eslovénia aceitam o MDE traduzido em esloveno ou em inglês.

N.º 2 do artigo 25.º

Nos termos do disposto no artigo 36.º do ZSKZDČEU, o Ministério da Justiça da República da Eslovénia é a autoridade competente para a recepção de pedidos de trânsito e dos documentos necessários, bem como de qualquer correspondência oficial relacionada com um pedido de trânsito.

Contacto:

Ministério da Justiça da República da Eslovénia

Direcção das Relações Internacionais e Auxílio Judiciário

Departamento do Auxílio Judiciário Mútuo

Župančičeva 3

SI – 1000 Ljubljana

Tel : (+386) 1 369 52 00 or 369 53 94

Fax: + 386 1 369 57 83

correio electrónico: gp.mp@gov.si

Artigo 32.º

A República da Eslovénia retira a sua declaração de 18 de Maio de 2004.
